

# CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU - SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro. Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 024/2020 da CCJR em face do veto integral do Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 03/2020 do Legislativo.

### I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

- 1. Trata-se de veto integral do Projeto de Lei nº 03/2020 de autoria dos vereadores Rodrigo Mendes, Paulo Roberto Mendes, Mário Augusto A. Miranda, Eliel Coppi e Professor Sérgio Chemite, que dispõe sobre a "sanção para a execução de músicas nas escolas, cuja letra estimule a prática de crimes, pornografia, apologia ao sexo ou uso de drogas, ou mesmo incentivem a violência ou exponham principalmente as mulhres à situação de constrangimento. "
- 2. Segundo a manifestação do Exmo. Senhor Prefeito, as razões do veto são as seguintes:

"Ouvido a Procuradoria Jurídica Municipal, manifestou-se pelo veto integral, ante a impossibilidade de somente suprimir a palavra "meio" do art. 1º da lei, notadamente com relação as escolas de ensino médio, uma vez que o Município não pode intervir a autonomia das escolas do Governo do Estado de São Paulo, sob pena de violação da tríplice capacidade dos demais entes da federação, prevista no artigo 18 da Constituição Federal."

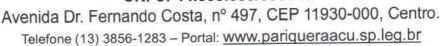
É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1 de 3

# CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU - SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21



Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br



- 4. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre veto, nos termos do art. 313, I do Regimento Interno.
- 5. Quanto ao **mérito**, apesar de o Município gozar de autonomia legislativa, este não pode atuar em temas de competência estadual, sob pena de interferência indevida e violação ao Princípio do Federalismo previsto nos arts. 1º e 18 da Constituição da República, os quais preveem: <u>"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)" "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição."</u>
- 6. Conforme nos ensina a doutrina de Hely Lopes Meirelles¹:

A organização administrativa mantém estreita correlação com a estrutura do Estado e a forma de governo adotadas em cada país. Sendo o Brasil uma Federação, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º), em que se assegura autonomia político-administrativa aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios (arts. 18, 25 e 29), sua administração há de corresponder, estruturalmente, a esses postulados constitucionais. Daí a partilha de atribuições entre a União, os Estados-membros, Distrito Federal e os Municípios, numa descentralização territorial em três níveis de governo - federal, estadual e municipal cabendo, em cada um deles, o comando da administração ao respectivo chefe do Executivo -Presidente da República, Governador e Prefeito.

- 7. Sendo assim, no caso concreto, é de competência do estado membro a iniciativa de leis que crie vedações de conduta nas escolas e suas respectivas sanções, não cabendo ao Município a disciplina de tal matéria.
- 8. Por fim, registramos que para a rejeição do veto é necessário o voto da maioria absoluta (cinco votos) dos membros da Câmara, mediante votação nominal, nos termos do disposto no Art. 317 da Regimento Interno.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 626-627



# CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU - SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.
Telefone (13) 3856-1283 – Portal: <a href="www.pariqueraacu.sp.leg.br">www.pariqueraacu.sp.leg.br</a>
Correio eletrônico: <a href="camara@camarapariquera.sp.gov.br">camara@camarapariquera.sp.gov.br</a>



### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela manutenção do veto integral do Chefe do Poder Executivo, diante da competência estadual para tratar da matéria, sob pena de violação à autonomia política e administrativa do referido ente federado.

Sala das Comissões,

\_ de

de 2020.

ARNALDO LOURENÇO

Relator

**PELAS CONCLUSÕES:** 

MILTON TICACA

Presidente